

**SADE VIGESA S.A.**

C.G.C./M.F. nº 81.143.772/0001-77

Companhia Aberta

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 1992**

**Dia, Hora e Local:** 30 de dezembro de 1992, às 12:00 horas, na sede social na Rua Alexandre Dumas nº 1880, térreo, nesta Capital. **Presença:** a totalidade dos membros do Conselho de Administração, conforme assinaturas constantes na lista desta ata. **Mesa:** Presidente - Bruno Marsi; Secretário - Almir Polycarpo. **Proposta:** Eleição dos membros da Diretoria. **Deliberação:** Por unanimidade foi eleito a Diretoria desta sociedade para um mandato de 1 (um) ano, com a seguinte composição: Diretor Presidente: Shigueru Morizumi, brasileiro naturalizado, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 2.281.125 e inscrito no CPF/MF nº 005.502.808-25, residente e domiciliado em São Roque, SP, à Rodovia Raposo Tavares, km 50; Diretor Vice-Presidente: Bruno Marsi, italiano, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RNE W85918-C e inscrito no CPF/MF sob o nº 036.062.518-58, residente e domiciliado em Cotia, SP, à Rua Direita nº 350, Granja Viana; Diretor: Marcelo Maia de Azevedo Correa, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 2.577.925 e inscrito no CPF/MF sob o nº 425.052.917-72, residente e domiciliado à Rua Roberto Dias Lopes nº 08, aptº 001, Rio de Janeiro, RJ, que exercerá cumulativamente o cargo de Diretor de Relações com o Mercado; Diretor: Humberto Sequeiros Rodriguez Tanure, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 429.725 BA e inscrito no CPF/MF sob o nº 036.126.785-15, residente e domiciliado em São Paulo, SP, à Rua Calubi nº 294, aptº 62; Diretor: Sylvio de Castro, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 1.915.688-SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 007.252.508-87, residente e domiciliado em São Paulo, SP, à Rua Georgia nº 420; Diretor: José Cassio Daktrini, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 2.254.759 e inscrito no CPF/MF sob o nº 001.120.118-53, residente e domiciliado em Araçatuba, SP, na Avenida Quêroz Filho nº 872; Diretor: Paulo Américo Ramos do Lago, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 3.676.827 e inscrito no CPF/MF sob o nº 584.601.728-53, residente e domiciliado à Rua Urumunduba nº 127, aptº 21, São Paulo, SP; os quais, estando presentes e desde já impenhorados em seus cargos, declararam que não estavam incurso em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impedia de exercer atividades mercantis. **Encerramento:** encerrada a sessão, foi a presente ata lavrada em livro próprio, aprovada e por todos assinada. São Paulo, 30 de dezembro de 1992. (ass.) Presidente da Mesa: Bruno Marsi, Secretário: Almir Polycarpo. **Conselheiros:** Carlos Ramos Villares, Nelson Sequeiros Rodriguez Tanure, Shigueru Morizumi, Bruno Marsi, Societe Mattoli, Celso Albano Costa, Ronaldo Cervinho da Silva e Humberto Sequeiros Rodriguez Tanure. **Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio.** São Paulo, 30 de dezembro de 1992. Almir Polycarpo - Secretário da Mesa. JUCESP nº 4.986/93-3 em 08/01/93. Jenny Nóbilio Lopes - Secretária Geral.

**ESTATUTO SOCIAL**

**Capítulo I - Denominação, Objeto, Sede e Duração - Art. 1º -** Denomina-se Sade Vigesa S.A. a sociedade anônima que é regida por este estatuto e pelas leis em vigor. **Art. 2º -** A sociedade tem por objeto social a exploração da indústria e do comércio, inclusive por representação, importação e exportação de bens de capital, escavadeiras, máquinas, equipamentos e sistemas elétricos, hidráulicos e mecânicos, incluindo pontos rotantes especiais, equipamentos siderúrgicos, metalúrgicos, anti-polluição, portuários, de extração de petróleo, ferroviários, de movimentação e beneficiamento de minérios, de geração elétrica por meio hidráulico ou térmico e de produtos correlatos, e a prestação de serviços relacionados com esses produtos, bem como os da consultoria, engenharia de processos, elaboração, execução e administração de engenharia mecânica, industrial, elétrica, eletrônica, hidroelétrica, portuária, siderúrgica e de transportes, podendo ainda, participar em outras sociedades, empresas e consórcios industriais. **Art. 3º -** A sociedade tem sede, domicílio e foro em São Paulo, capital do Estado de São Paulo, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, criar, encerrar e instalar sucursais, filiais, escritórios e estabelecimentos comerciais e industriais em qualquer parte do país ou do exterior. **Art. 4º -** O prazo de duração da sociedade é indeterminado. **Capítulo II - Capital e Ações - Art. 5º -** O capital social é de Cr\$ 44.038.300.000,00 (quarenta e quatro bilhões, trinta e oito milhões e trezentos mil cruzeiros), dividido em 88.645.660 (oitenta e três milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e sessenta) ações ordinárias nominativas e 60.000.000 (noventa milhões) de ações preferenciais nominativas, todas sem valor nominal. **1º** Independentemente de autorização estatutária a sociedade está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 450.000.000 (quatrocentos e cinquenta milhões) de ações, divididas em ordinárias e preferenciais, obedecendo o limite de 2/3 para estas últimas. **2º** Até o limite do capital autorizado o Conselho de Administração da Sociedade tem competência para deliberar sobre a emissão de ações, definindo: a) Se a emissão será pública ou particular; b) As condições de integralização em moeda, bens ou direitos, o prazo e o valor das prestações; c) As características das ações a serem emitidas, abrangendo quantidade, espécie, classe, forma, direitos, vantagens e restrições. **Art. 6º -** As ações são indivisíveis em relação à Sociedade, correspondendo um voto a cada ação ordinária nominativa. **1º** As ações preferenciais da classe existente não têm direito a voto, participando do lucro em igualdade de condições com as ações ordinárias e têm prioridade de reembolso, sem prêmio, em caso de liquidação da Sociedade. **2º** Poderão ser emitidas ações preferenciais de uma ou mais classes, obedecendo o limite legal. **3º** O número de ações existentes de qualquer classe ou espécie poderá ser aumentado ainda que decorra alteração da proporção existente entre elas, respeitados os limites legais. **4º** Os aumentos de capital decorrentes da conversão de debêntures serão formalizados, de conformidade com o art. 166 III da lei 6404/76 mediante deliberação do Conselho de Administração e posterior ratificação pela Assembleia Geral Extraordinária, com relação aos debenturistas que tenham manifestado sua intenção, sem a necessidade do exercício do direito de preferência pelos acionistas. **Art. 7º -** No limite do capital autorizado, a Companhia poderá: I) de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, com base em proposta do Conselho de Administração, e por deliberação deste, outorgar opção de compra das ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle; II) por deliberação do Conselho de Administração, emitir bônus de subscrição de ações do capital social, com ou sem direito de preferência para os antigos acionistas. **1º** A proposta de outorga de opção de compra de ações será lavrada em livro próprio e conterá: a) o número, a espécie, a classe e a forma das ações, e indicação do titular do direito de opção; b) o prazo ou a época para seu exercício; c) o preço da aquisição das ações objeto da opção, ou os critérios de sua determinação. **2º** A deliberação sobre a emissão de bônus de subscrição estabelecerá: a) as condições de sua alienação ou atribuição pela Companhia, inclusive eventual exclusão do direito de preferência, nas hipóteses de colocação mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de companhia; b) o número, a espécie, a classe e a forma das ações, objeto da emissão; c) os critérios de determinação do preço da emissão das ações, o prazo para o exercício do direito e os demais requisitos legalmente fixados para emissão de bônus. **Art. 8º -** Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá negociar com as próprias ações nos termos da lei. **Capítulo III - Administração da Sociedade - Art. 9º -** A Sociedade é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, com os poderes conferidos por Lei e pelo presente Estatuto. **Art. 10º -** O Conselho de Administração será composto de até 10 (dez) membros, eleitos, entre acionistas residentes no país, pela Assembleia Geral, com o mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. **1º** A Assembleia Geral que eleger o Conselho de Administração indicará, entre seus membros, seu Presidente e Vice-Presidente. **2º** O mandato dos Conselheiros se estende até a posse dos novos Conselheiros eleitos pela Assembleia Geral. **3º** No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será indicado pelos Conselheiros remanescentes e servirão até a próxima Assembleia Geral, e se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição. **4º** O Conselho de Administração reunirá-se ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente ou 3 (três) de seus membros. **5º** As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo seu Presidente, ou na ausência deste, pelo Vice-Presidente. **6º** As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença mínima de quatro de seus membros, e suas deliberações serão tomadas pelo voto afirmativo de pelo menos 4 (quatro) de seus membros, sendo obrigatória a presença do Presidente ou do Vice-Presidente ou de qualquer membro com mandato outorgado expressamente para esse fim pelo Presidente. **7º** Das reuniões do Conselho serão lavradas atas no livro próprio, incluídas por todos os presentes, e qualquer Conselheiro poderá requerer a inclusão em ata de justificativa de seu voto. **Art. 11º -** Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições legais: a) Fixar e orientar a política dos negócios, os objetivos anuais e serem atingidos e a estrutura administrativa da sociedade; b) Eleger o destituir os Diretores da Sociedade; c) Convocar a Assembleia Geral dos Acionistas; d) Deliberar até o limite do capital autorizado sobre a emissão de ações da Sociedade; e) Escolher e destituir os auditores independentes; f) Fiscalizar a gestão da Diretoria; g) Emitir parecer sobre relatórios e contas da Diretoria; h) Autorizar a alienação de bens imóveis do ativo permanente, e a prestação de garantias e obrigações da terceiros; i) Deliberar sobre a divisão da remuneração dos administradores da Sociedade, fixada pela Assembleia Geral; j) Autorizar, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício, o pagamento de dividendos, com base em

balanço anual ou intermediário. l) Autorizar a participação da Sociedade em outras empresas. m) Autorizar a venda de ações ordinárias ou quotas de sociedades controladas, subsidiárias ou coligadas. n) Autorizar a aquisição de ações de emissão da sociedade para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e posterior alienação. o) Deliberar sobre a emissão de "commercial paper", fixando-lhe as condições. p) Deliberar sobre qualquer matéria não regulada neste Estatuto. 1º) Compete ao presidente do Conselho de Administração convocar e presidir suas reuniões e exercer seu direito de voto nas matérias submetidas ao Conselho. 2º) Compete ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos, bem como em caso de vacância, até posterior eleição pela Assembleia Geral. Art. 12º - A Diretoria será composta de até 8 (oito) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 (hum) ano, permitida a reeleição. 1º) O Conselho de Administração indicará o Diretor Presidente e o Vice-Presidente Executivo, entre os membros eleitos. 2º) Os demais Diretores não terão designação específica, e a um entre eles será atribuída, pelo Conselho de Administração, a função de Relações com o Mercado. 3º) Resolvidas as disposições legais e as restrições deste estatuto, a Diretoria é investida de plenos poderes para prática dos atos necessários ao regular funcionamento da Sociedade, podendo no limite de suas atribuições, constituir mandatários para agir em nome da Sociedade, com a especificação dos poderes que lhe são conferidos e a duração do referido mandato, sendo que aqueles da cláusula "ad negotia" não poderão ter duração superior a 2 (dois) anos, excetuados os mandatos judiciais, que poderão ser por prazo indeterminado. 4º) A Diretoria se reunirá sempre que necessário com a presença da maioria dos seus membros, cabendo ao Diretor Presidente ou ao Vice-Presidente Executivo convocar as reuniões. 5º) As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria dos membros presentes às reuniões, cabendo ao Presidente da mesa o voto de qualidade. 6º) Compete ao Diretor Presidente: a) representar a Sociedade, em juízo ou fora dele; b) receber citações judiciais; c) assegurar o cumprimento das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; d) assinar os atos jurídicos da sua competência privativa, conforme definido no art. 13º; e) elaborar planos estratégicos e zelar pelo seu cumprimento após aprovação do Conselho de Administração; f) atribuir funções específicas aos Diretores sem designação; g) zelar pelos valores, ideais e imagem da sociedade. 7º) Compete ao Vice-Presidente Executivo: a) substituir o Diretor Presidente em suas impedimentos eventuais, ressalvados os casos de competência privativa; b) coordenar os trabalhos dos diretores sem designação; c) supervisionar e elaborar e o cumprimento do orçamento anual, em todos os seus aspectos. 8º) Compete aos demais Diretores: a) exercer as funções que lhes foram atribuídas pelo Diretor Presidente; b) substituí-los uns aos outros, em caso de impedimento eventual, por indicação do Diretor Presidente ou do Vice-Presidente Executivo; c) praticar os atos de gestão de sua competência; d) zelar pelo interesse e progresso da empresa como um todo. Art. 13º - Competência para assinatura dos atos jurídicos. Os níveis de competência para assinatura dos atos de consequências jurídicas ficam assim definidos: Competência para Assinatura dos Atos Jurídicos. 1º) É da competência privativa do Diretor Presidente, representar a Sociedade nos atos ou negócios jurídicos que implicarem em: a) alienação, aquisição, hipoteca e oneração da coisa imóvel; b) investimentos em outras sociedades, ou alienação de ações de empresas controladas ou coligadas; c) renúncia de direitos. 2º) Compete ao Diretor Presidente em conjunto com o Vice-Presidente Executivo, quando autorizados pelo Conselho de Administração, representar a Sociedade em atos ou negócios jurídicos que implicarem em: a) prestação de avais ou fianças; b) aceite ou aval de letras de câmbio; c) assinatura de contratos de mútuo com empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico. 3º) Compete a 2 (dois) Diretores, e representação da Sociedade em atos ou negócios jurídicos que implicarem em: a) constituição de procuradores da sociedade; b) contratos de penhor mercantil ou industrial; c) alienação de bens móveis e alienação fiduciária; d) aquisição, transferência e cessão da licença de marcas e patentes. 4º) Compete a 2 (dois) Diretores ou a 1 (hum) Diretor juntamente com 1 (hum) Procurador constituído com os poderes necessários, a representação da Sociedade em atos ou negócios jurídicos que implicarem em: a) contratos de mútuo e financiamentos com Bancos, Bancos de Investimentos e outras entidades financeiras que implicarem na caução, endosso, desconto, aceite ou aval de títulos comerciais, como duplicatas, ou quaisquer outros títulos representativos de crédito mercantil; b) contratos de aquisição de bens móveis, que se destinarem a integrar o ativo fixo da Sociedade e c) contratos de locação de imóveis; d) emissão de notas promissórias. 5º) Compete a 2 (dois) Diretores ou a 1 (hum) Diretor juntamente com 1 (hum) Procurador com poderes específicos, ou ainda a 2 (dois) Procuradores devidamente constituídos, a representação da Sociedade em atos ou negócios jurídicos que implicarem em: a) abertura de contas bancárias; b) autorização para transferências, débitos e pagamentos; c) emissão de cheques e aceite de duplicatas ou faturas mercantis; d) contratos de câmbio, de seguros e de representação comercial; e) endosso de duplicatas ou faturas mercantis objeto de desconto ou caução junto a entidades financeiras; f) contratos de execução de obras, de funcionamento de banco, de prestação de serviços, de manutenção de máquinas e equipamentos; g) celebração de contratos, sem personalidade jurídica com outras empresas para a participação ou execução de determinados empreendimentos. 6º) Compete a 1 (hum) Diretor ou a 1 (hum) Procurador devidamente constituído a representação da Sociedade em atos ou negócios jurídicos que implicarem em: a) endosso de cheques para depósito em contas bancárias da própria Sociedade; b) emissão de duplicatas ou demais títulos de crédito para depósito ou cobrança; c) contratos de trabalho e respectivos rescisões; d) requerimentos, termos, declarações, recibos de documentos de órgãos públicos, inclusive relativos à importação e exportação de mercadorias; e) recebimento e quitação das importâncias relativas a duplicatas mercantis, notas promissórias ou quaisquer outros títulos de crédito, desde que os pagamentos sejam feitos mediante depósitos bancários na conta-corrente da empresa ou cheques nominativos à mesma; f) representação da Sociedade em licitações em geral, assinando propostas, (contratos) e demais documentos necessários, podendo depositar e levantar cações. 7º) Todos os atos, contratos e documentos não mencionados especificamente neste Estatuto que criem obrigações para a Sociedade ou que exonarem terceiros das obrigações para com ela e que não dependam de aprovação do Conselho de Administração ou da intervenção do Diretor Presidente, serão assinados por 2 (dois) Diretores da Sociedade, sendo um deles o Vice-Presidente Executivo. Art. 14º - Conselho Consultivo - A Sociedade poderá ter um Conselho Consultivo composto de até 5 (cinco) membros, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração com mandato de 1 (hum) ano, permitida a reeleição. 1º) O Conselho de Administração, ao eleger os membros do Conselho Consultivo fixará seus honorários e indicará qual entre eles será seu Presidente. 2º) Compete ao Conselho Consultivo: a) Aconselhar a Adm. Instrução da Sociedade na orientação estratégica dos seus negócios. b) Pronunciá-se sobre assuntos específicos que lhe forem submetidos a exame. c) Manter o Conselho de Administração informado sobre dados técnicos e econômicos, industriais e comerciais vinculados às atividades da Sociedade, propondo sugestões e alteração de planos de negócio. 3º) O Conselho Consultivo reunir-se-á por convocação do seu Presidente ou do Presidente do Conselho de Administração, presentes a maioria de seus membros. 4º) As deliberações do Conselho Consultivo serão tomadas por maioria de votos entre os presentes, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade. Capítulo IV - Conselho Fiscal - Art. 15º - A Sociedade terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes e que somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, nos termos previstos na Lei. Parágrafo Único: A Assembleia Geral que deliberar a instalação do Conselho Fiscal elegerá seus membros, fixando-lhes remunerações. Capítulo V - Assembleia Geral - Art. 16º - A Assembleia Geral, convocada na forma da lei reunir-se-á ordinariamente no curso das 4 (quatro) meses seguintes ao encerramento do exercício social, e extraordinariamente quando os interesses da Sociedade o exigirem. 1º) Somente serão admitidos à Assembleia Geral os titulares de ações cujos nomes estejam inscritos no respectivo registro até 3 (três) dias antes da realização da Assembleia. 2º) As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e na ausência deste, pelo Vice-Presidente e ainda, na ausência deste último, por qualquer dos membros, que escolherá um ou mais acionistas presentes para servir como secretários. Capítulo VI - Exercício Social - Art. 17º - O exercício social corresponde ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, com base em balanço intercalar, serem declarados e pagos dividendos à conta do lucro apurado nesse balanço, bem como serem declarados e pagos dividendos intermediários à conta do lucro acumulado ou reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Art. 18º - No encerramento de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, as demonstrações financeiras do exercício e as submeterá à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação dos lucros do exercício. Art. 19º - Os lucros terão a seguinte destinação: a) Até 5% (cinco por cento) para gratificação dos administradores, limitados ao valor legal permitido. b) 5% (cinco por cento) para o fundo de reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. c) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado para os dividendos obrigatórios. 1º) Após a destinação acima estipulada o valor restante poderá ser atribuído: a) 25% (vinte e cinco por cento) à constituição da reserva para modernização do ativo operacional e investimentos fixos e desenvolvimento de tecnologia, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do capital social. 2º) Remanescente cabido, este poderá ser distribuído como dividendo suplementar, bem como utilizado para atribuição aos empregados da participação nos lucros da Sociedade. Capítulo VII - Disposições Gerais - Art. 20º - A Sociedade, em qualquer situação não prevista em lei, devendo a forma de liquidação ser estabelecida pela Assembleia Geral, que designará a liquidante e o Conselho Fiscal que funcionará durante a liquidação. Art. 21º - Os casos omissos no presente estatuto serão resolvidos na forma da legislação em vigor.